



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A Lei Federal nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, estabelece que a saúde é um direito fundamental do ser humano, sendo dever do Estado garantir as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Nesse contexto, os exames laboratoriais constituem ferramentas essenciais para o diagnóstico, monitoramento e acompanhamento clínico dos pacientes, desempenhando papel fundamental no apoio à prática assistencial, na prevenção de doenças e na promoção da saúde da população.

Levantamento realizado a partir dos registros de autorizações de exames laboratoriais nos sistemas de informação utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde — IPM (sistema municipal utilizado pelas Unidades Básicas de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento – UPA e demais estabelecimentos de saúde municipais) e IDS (sistema utilizado pelo CONSUD para registro dos atendimentos realizados no Ambulatório Médico de Especialidades – AME e descentralizadamente no CIEM) — demonstrou aumento da demanda por exames laboratoriais no município.

No ano de 2024 foram registrados 380.901 exames autorizados, enquanto no ano de 2025 esse quantitativo passou para 399.535 exames, representando um aumento percentual de aproximadamente 4,89%.

Os exames laboratoriais de análises clínicas são reconhecidamente responsáveis por subsidiar grande parte das decisões médicas, sendo estimado que aproximadamente



70% a 80% das condutas clínicas estejam associadas a resultados laboratoriais. Dessa forma, tais exames são indispensáveis para fins diagnósticos, prognósticos, monitoramento de condições clínicas e definição de tratamentos médicos adequados.

No âmbito da rede municipal de saúde, os exames laboratoriais são solicitados por profissionais atuantes nas Unidades Básicas de Saúde, principalmente para diagnóstico e acompanhamento de doenças prevalentes, monitoramento de condições crônicas e ações de prevenção em saúde. Há ainda exames solicitados por médicos especialistas, em consultas realizadas na rede própria ou por meio de consórcios de saúde, os quais possuem caráter mais específico e aprofundado para investigação diagnóstica e acompanhamento clínico.

Adicionalmente, exames laboratoriais também são solicitados no âmbito da rede de urgência e emergência, especialmente na Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), onde a realização desses procedimentos deve ocorrer com maior agilidade, considerando a necessidade de diagnóstico rápido e tomada de decisão clínica imediata.

Cabe destacar que o município não dispõe de laboratório público próprio para realização de exames laboratoriais de análises clínicas, sendo necessária a contratação de serviços especializados para garantir a continuidade da assistência à população.

Diante desse cenário, torna-se indispensável a manutenção da oferta de exames laboratoriais à população por meio da contratação de prestadores especializados, garantindo o adequado suporte diagnóstico às ações de saúde desenvolvidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no município. A contratação visa assegurar a continuidade, a qualidade e a eficiência dos serviços prestados, atendendo à crescente demanda da rede municipal de saúde.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Para atendimento da demanda por exames laboratoriais no âmbito da rede municipal de saúde, foram analisadas possíveis alternativas de solução capazes de garantir a



continuidade da assistência à população, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e a realidade estrutural do município.

Inicialmente, avaliou-se a possibilidade de implantação de **laboratório público municipal próprio**, destinado à realização dos exames laboratoriais de análises clínicas. Contudo, tal alternativa demandaria investimentos significativos em infraestrutura física adequada, aquisição de equipamentos laboratoriais de alta complexidade, contratação e capacitação de profissionais especializados, além da implantação de sistemas de controle de qualidade e manutenção contínua de insumos laboratoriais. Ademais, a estrutura necessária para absorver integralmente a demanda existente, que atualmente supera centenas de milhares de exames anuais, exigiria elevado custo de implantação e manutenção, tornando essa solução economicamente inviável no cenário atual da administração municipal.

Outra alternativa considerada foi a realização de **procedimento licitatório para contratação de um único prestador de serviços laboratoriais**. No entanto, essa modalidade apresenta limitações relevantes, como a concentração da prestação dos serviços em um único fornecedor, o que pode comprometer a continuidade da assistência em casos de indisponibilidade do prestador, além de restringir a liberdade de escolha do usuário e reduzir a capilaridade do atendimento.

Contratação através de consórcios públicos, o município está inserido no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste – CONSUD, o qual possui credenciamento próprio para a realização de exames laboratoriais, porém o mesmo não atenderia as necessidade municipais, visto o funcionamento de 24horas ininterruptas da UPA24horas não havendo previsão para realização destes exames além do horário comercial, ademais a auditoria e fiscalização dos contratos derivados do consórcio ficam a cargo do mesmo o que dificulta a realização dos mesmo por esta municipalidade.

Diante dessas limitações, analisou-se também a alternativa de contratação por meio de **chamamento público para credenciamento de múltiplos prestadores**, modalidade que permite a habilitação de todas as empresas interessadas que atendam aos requisitos técnicos, operacionais e legais estabelecidos pela Administração. Nesse modelo, os prestadores passam a integrar a rede complementar de serviços do



município, realizando os exames laboratoriais conforme demanda da rede pública de saúde.

O TCU possui diversos julgados sobre o tema, encontrando respaldo quanto ao credenciamento desde que a escolha seja devidamente motivada e respaldada no interesse público. O ministro Benjamin Zymler votou em julgamento no TCE “O credenciamento tradicional é um processo administrativo de chamamento de interessados quando, em vez de se ter um vitorioso na licitação – aquele que assinará o contrato –, a Administração se vê diante de uma situação concreta em que ela pode ‘dividir um bolo em fatias’ e distribuí-las de forma objetiva”, conclui “Logo, não há competição porque todos, de algum modo, serão contratados para executar uma parte do objeto”.¹

O modelo de credenciamento apresenta vantagens relevantes, tais como a ampliação da oferta de prestadores, maior acessibilidade da população aos serviços laboratoriais, descentralização do atendimento e redução do risco de interrupção dos serviços. Além disso, possibilita maior flexibilidade na execução contratual, permitindo que a demanda seja distribuída entre os prestadores habilitados, conforme a necessidade da rede municipal de saúde.

Cabe ao administrador público o poder-dever de analisar o contexto fático e tomar decisões acerca da conveniência e oportunidade considerando sempre o interesse público. Corroborando com o tema cita-se Acórdão do TCU

“O credenciamento é legítimo quando a administração planeja a realização de múltiplas contratações de um mesmo tipo de objeto, em determinado período, e demonstra que a opção por dispor da maior rede possível de fornecedores para contratação direta, sob condições uniformes e predefinidas, é a única viável ou é mais vantajosa do que outras alternativas para atendimento das finalidades almejadas, tais como licitação única ou múltiplas licitações, obrigando-se a contratar todos os interessados que satisfaçam os requisitos de habilitação e que venham a ser selecionados segundo procedimento objetivo e impessoal, a serem remunerados na forma estipulada no edital.”²

¹ BRASIL, Tribunal de Contas da União. Acórdão 533/2022 – TCE – Plenário. Trecho do Voto do Ministro Benjamin Zymler.

² BRASIL, Tribunal de Contas da União. Acórdão 2977/2021-TCU-Plenário



Além dos atendimentos eletivos realizados na rede ambulatorial, deve-se considerar que o município possui serviço de urgência e emergência em funcionamento ininterrupto por meio da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas, a qual realiza atendimentos durante 24 horas por dia, inclusive finais de semana e feriados. Nesse contexto, a realização de exames laboratoriais constitui recurso essencial para suporte diagnóstico rápido, monitoramento clínico e tomada de decisão médica em situações agudas.

Dessa forma, a solução a ser adotada deve contemplar a possibilidade de atendimento em horários diferenciados, compatíveis com a demanda da rede de urgência e emergência, garantindo a realização dos exames laboratoriais com a agilidade necessária para o adequado manejo clínico dos pacientes atendidos na UPA. Nesse sentido, o modelo de credenciamento mostra-se mais adequado, pois permite a participação de múltiplos prestadores e possibilita a organização de escalas de atendimento para suporte às demandas da unidade de urgência e emergência.

Importante destacar que o credenciamento encontra respaldo legal no art. 79 da Lei nº 14.133/2021, sendo indicado para situações em que a Administração necessita contratar serviços padronizados, prestados por múltiplos interessados, sem que haja competição exclusiva entre eles. Tal modelo também é amplamente utilizado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente para a contratação de serviços complementares de diagnóstico e terapia.

Dessa forma, após análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a realização de chamamento público para credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços laboratoriais de análises clínicas apresenta-se como a solução mais adequada para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, por conciliar viabilidade econômica, eficiência administrativa e ampliação do acesso da população aos serviços de diagnóstico laboratorial.

Considerando a necessidade de credenciamento de prestadores de serviços laboratoriais para atendimento da rede municipal de saúde, bem como a existência de múltiplos laboratórios aptos à prestação dos serviços, conjuntamente ao despacho 12 do PA 793/2026, procedeu-se à análise das hipóteses previstas no art. 79 da Lei nº



14.133/2021, especialmente os incisos I e II, a fim de definir a forma mais adequada de distribuição da demanda entre os credenciados.

Ao optar pelo Art. 79, inciso I – Contratação paralela e não excludente, a Administração realiza o credenciamento de todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos e promove a distribuição da demanda mediante critérios objetivos previamente definidos, como divisão por cotas financeiras, rodízio, territorialização ou escala de atendimento.

Vantagens

- maior segurança jurídica quanto à distribuição da demanda, reduzindo questionamentos sobre favorecimento ou direcionamento indevido;
- possibilidade de fixação prévia de cotas financeiras para cada credenciado, permitindo melhor controle orçamentário e evitando insuficiência de saldo contratual;
- maior previsibilidade administrativa quanto ao faturamento, execução contratual e auditoria;
- melhor equilíbrio entre os prestadores credenciados, evitando concentração excessiva da produção em um único laboratório;
- maior facilidade de fiscalização e controle pela Administração Pública.

Desvantagens

- limitação da liberdade de escolha do usuário, especialmente quando o paciente possui preferência por determinado prestador;
- possibilidade de insatisfação dos usuários que não desejam realizar exames em determinado laboratório;
- risco de postergação da realização do exame, quando o paciente opta por aguardar nova disponibilidade no laboratório de sua preferência;
- necessidade de acompanhamento contínuo das cotas e redistribuição da demanda pela Administração.

Enquanto que o art. 79, inciso II – Seleção a critério de terceiros, há o credenciamento de múltiplos prestadores que atendam as exigências editalícias, no entanto a escolha do



prestador é realizada diretamente pelo beneficiário final do serviço, ou seja, pelo próprio usuário do SUS.

Vantagens

- preservação da liberdade de escolha do usuário, permitindo que o paciente realize o exame no laboratório de sua preferência;
- maior satisfação dos usuários e redução de reclamações relacionadas à imposição de prestador;
- maior aderência aos princípios de humanização e acolhimento no atendimento em saúde;
- redução de recusas de atendimento e de retorno posterior para nova autorização.

Desvantagens

- maior risco de direcionamento indevido por parte de servidores ou prestadores;
- dificuldade de fiscalização quanto à efetiva liberdade de escolha do usuário;
- possibilidade de concentração excessiva da demanda em poucos laboratórios;
- desequilíbrio contratual e financeiro entre os credenciados;
- maior risco de esgotamento precoce do saldo contratual de determinados prestadores;
- fragilidade jurídica quando o sistema de autorização não permite efetivamente a escolha livre pelo paciente.

Inicialmente, a contratação foi estruturada com fundamento no art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, hipótese aplicável quando a seleção do contratado ocorre a critério de terceiros, especialmente quando há possibilidade de escolha do prestador pelo beneficiário final do serviço.

Entretanto, diante da necessidade de aprimoramento da gestão contratual, do fortalecimento dos mecanismos de controle administrativo e da busca por maior previsibilidade orçamentária e equilíbrio na execução contratual, verificou-se que a



adoção da hipótese prevista no art. 79, inciso I, mostra-se mais adequada à realidade operacional do Município.

Isso porque a prestação de serviços laboratoriais envolve grande volume de autorizações, controle permanente de saldo contratual, necessidade de distribuição equilibrada entre os credenciados e acompanhamento rigoroso da produção e do faturamento, especialmente nos atendimentos ambulatoriais e de urgência e emergência.

A contratação paralela e não excludente, prevista no inciso I, permite que a Administração Pública realize o credenciamento de todos os interessados que atendam aos requisitos estabelecidos, promovendo a distribuição da demanda mediante critérios objetivos previamente definidos, com maior transparência, impessoalidade e segurança jurídica.

Tal sistemática possibilita a fixação prévia de cotas financeiras proporcionais, melhor planejamento da execução contratual, prevenção de concentração excessiva da demanda em determinado prestador e maior eficiência no acompanhamento pela regulação, auditoria e fiscalização contratual.

Além disso, a adoção desse modelo contribui para a uniformidade dos procedimentos administrativos e para o fortalecimento da isonomia entre os credenciados, sem prejuízo da continuidade da assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Atualmente, o Município possui histórico de contratação com 04 (quatro) laboratórios credenciados para a prestação de serviços de exames laboratoriais, os quais já atuam na rede complementar do SUS municipal.

Entretanto, verificou-se também a existência de pelo menos 03 (três) filiais de laboratórios instaladas no Município que atualmente não possuem credenciamento junto à Administração Pública, mas que potencialmente poderão participar do presente chamamento público, desde que atendam integralmente aos requisitos técnicos, operacionais, sanitários e legais estabelecidos no edital e Termo de Referência.

Considerando a realidade local e regional, bem como a ampla oferta de serviços laboratoriais disponíveis, estima-se a possibilidade de ampliação do número de



prestadores credenciados, razão pela qual o credenciamento permanecerá aberto à participação de todos os interessados aptos, observadas as exigências estabelecidas pela Administração.

Dessa forma, conclui-se que o credenciamento com fundamento no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 representa a solução mais adequada ao interesse público, proporcionando maior controle administrativo, eficiência na gestão dos recursos públicos e melhor adequação à realidade da rede municipal de saúde.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (X)

Não ()

Os serviços objeto da contratação referem-se à realização de exames laboratoriais de análises clínicas, enquadrando-se entre as atividades permitidas para adesão ao regime tributário do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006. Dessa forma, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão optar por esse regime, desde que atendidos os requisitos legais aplicáveis.

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (X)

Não ()

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (X)

Não ()

Da vedação à subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratado, considerando que os serviços laboratoriais deverão ser executados diretamente pelo prestador credenciado,



o qual deverá possuir estrutura física adequada, equipamentos, equipe técnica habilitada e licenciamento sanitário próprio para realização dos exames.

Excepcionalmente, poderá ser admitido o encaminhamento de amostras para laboratórios de apoio, exclusivamente para realização de exames que não sejam executados na estrutura do prestador credenciado, desde que observadas as normas sanitárias vigentes e atendidas as seguintes condições:

- I – O laboratório de apoio deverá possuir licenciamento sanitário válido e atender às normas aplicáveis aos serviços de análises clínicas;
- II – O prestador credenciado permanecerá integralmente responsável pela coleta, acondicionamento, transporte das amostras, qualidade do exame realizado e entrega dos resultados ao usuário e à Secretaria Municipal de Saúde;
- III – O faturamento dos exames realizados deverá ocorrer exclusivamente pelo prestador credenciado junto ao Município;
- IV – Deverá ser garantida a rastreabilidade das amostras e o cumprimento das normas técnicas e sanitárias aplicáveis aos serviços de análises clínicas.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

Não há na região Atas de Registro de preços para adesão municipal, no entanto o CONSUD tem credenciamento próprio para realização de exames de análises clínicas porém considerando as especificidades municipais principalmente da realização de exames da UPA 24 horas, e também a fiscalização e auditorias realizadas ao objeto não se torna tal adesão viável.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

A contratação dos serviços laboratoriais será realizada por meio de chamamento público para credenciamento de prestadores, permitindo a habilitação de múltiplas pessoas jurídicas interessadas na prestação dos serviços, desde que atendidos os requisitos técnicos, operacionais e legais estabelecidos pela Administração. Esse



modelo, por sua natureza, já possibilita a participação de diversos prestadores, ampliando a oferta de serviços e favorecendo o acesso da população aos exames laboratoriais.

Para fins de organização da execução contratual e melhor gestão administrativa, os exames laboratoriais serão agrupados em lotes, considerando características técnicas semelhantes e o perfil de utilização dos procedimentos. Tal forma de parcelamento visa facilitar o planejamento, o controle da execução contratual e o acompanhamento da utilização dos recursos públicos, permitindo ainda ajustes mais precisos em futuras contratações, conforme a demanda observada.

O parcelamento do objeto nesses moldes mostra-se tecnicamente adequado, pois não compromete a qualidade da prestação dos serviços, tampouco gera prejuízos à economia de escala ou à eficiência administrativa. Ao contrário, contribui para maior organização do processo de contratação e melhor controle da execução dos serviços.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da contratação em lotes é técnica e economicamente viável, atendendo aos princípios da eficiência, da economicidade e da ampliação da competitividade entre os prestadores interessados.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A estimativa de quantidades dos exames laboratoriais foi elaborada com base na análise da série histórica de autorizações registradas nos sistemas de informação utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, considerando os dados de execução dos anos de 2024 e 2025.

Conforme levantamento realizado nos sistemas IPM, utilizado pelas Unidades Básicas de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento – UPA e demais estabelecimentos municipais de saúde, e IDS, utilizado no âmbito do CONSUD para registro dos atendimentos realizados no Ambulatório Médico de Especialidades – AME e descentralizadamente no

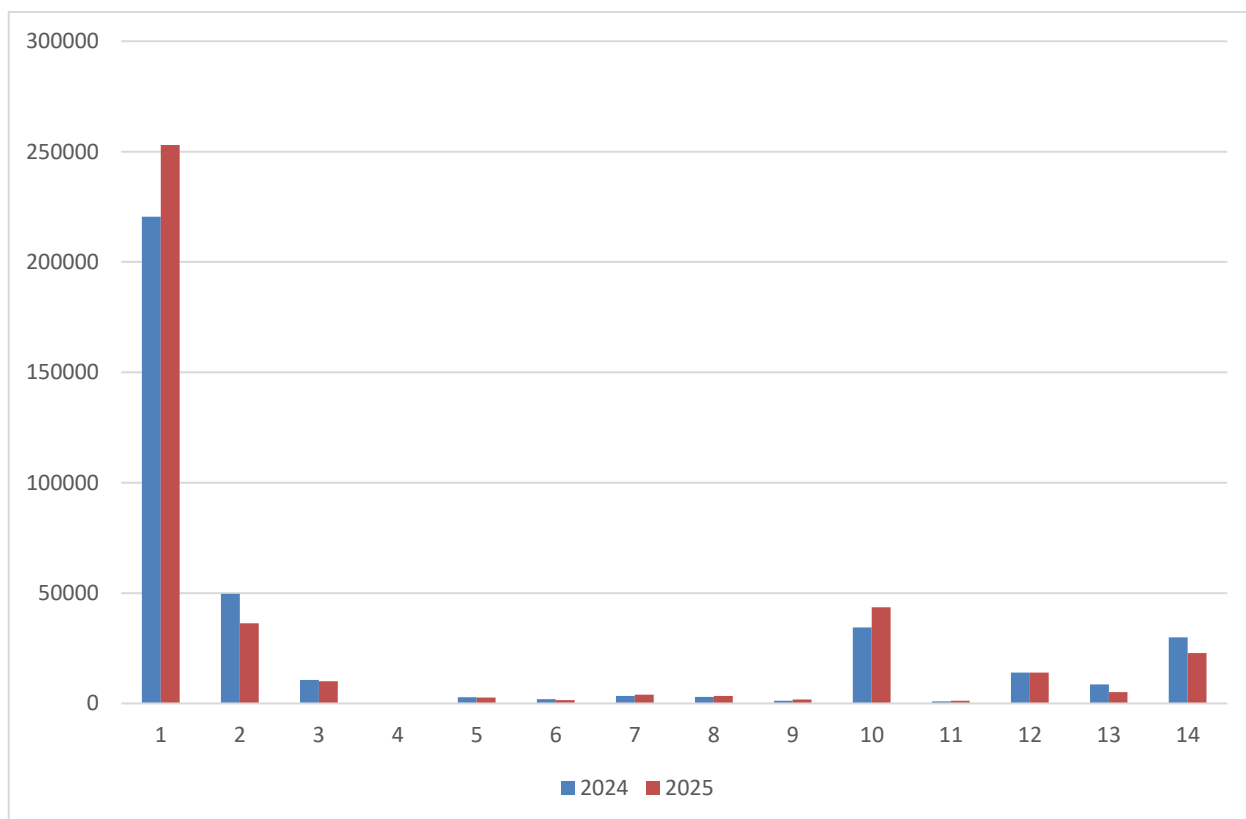


CIEM, verificou-se que no ano de 2024 foram autorizados 380.901 exames laboratoriais, totalizando R\$ 3.719.205,87, enquanto no ano de 2025 foram registrados 399.535 exames, correspondendo ao montante de R\$ 4.104.756,36.

Os dados demonstram um crescimento de aproximadamente 4,89% na quantidade de exames realizados, bem como aumento de 10,36% no valor financeiro executado, evidenciando a ampliação da demanda pelos serviços laboratoriais no âmbito da rede municipal de saúde.

A análise detalhada da execução também demonstra variações no perfil de consumo entre os diferentes grupos de exames laboratoriais, havendo aumento significativo em determinados procedimentos e redução em outros, fato que reforça a necessidade de planejamento baseado em dados históricos e na projeção de demanda futura, conforme observa-se no gráfico abaixo.

Gráfico 01: levantamento da quantidade autorizada por lote.



Fonte: sistemas de informação municipais (IPM, IDS)



Além da série histórica analisada, foram considerados outros fatores que impactam diretamente na necessidade desses serviços, tais como:

- ampliação das ações de diagnóstico e monitoramento clínico na Atenção Primária à Saúde;
- acompanhamento contínuo de pacientes com doenças crônicas;
- aumento da oferta de consultas especializadas;
- demanda proveniente dos atendimentos realizados na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas, que necessita de suporte laboratorial para diagnóstico rápido e tomada de decisão clínica em situações de urgência e emergência.

Dessa forma, a estimativa de quantidades para a presente contratação foi definida considerando o histórico de utilização dos exames laboratoriais, bem como a projeção de manutenção da tendência de crescimento da demanda, visando garantir a continuidade da assistência e o adequado suporte diagnóstico às ações desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

As quantidades estimadas encontram-se detalhadas na planilha de composição dos itens e procedimentos laboratoriais que integra o presente processo de contratação.

A relação de exames vinculadas a esse processo está baseada na Resolução nº 106/2024 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD), a qual consta os valores da tabela de referência dos serviços prestados aos entes consorciados, a mesma é elaborada com base nas demandas dos entes consorciados, tendo seus valores atualizados conforme cotações de preços no mercado local, a mesma é aprovada junto aos entes consorciados.

Sendo o município de Dois Vizinhos de gestão plena, a referida tabela também foi aprovada junto ao Conselho Municipal de Saúde pela Resolução nº 028/2024, homologado pelo prefeito municipal no Decreto nº 21616/2025.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos

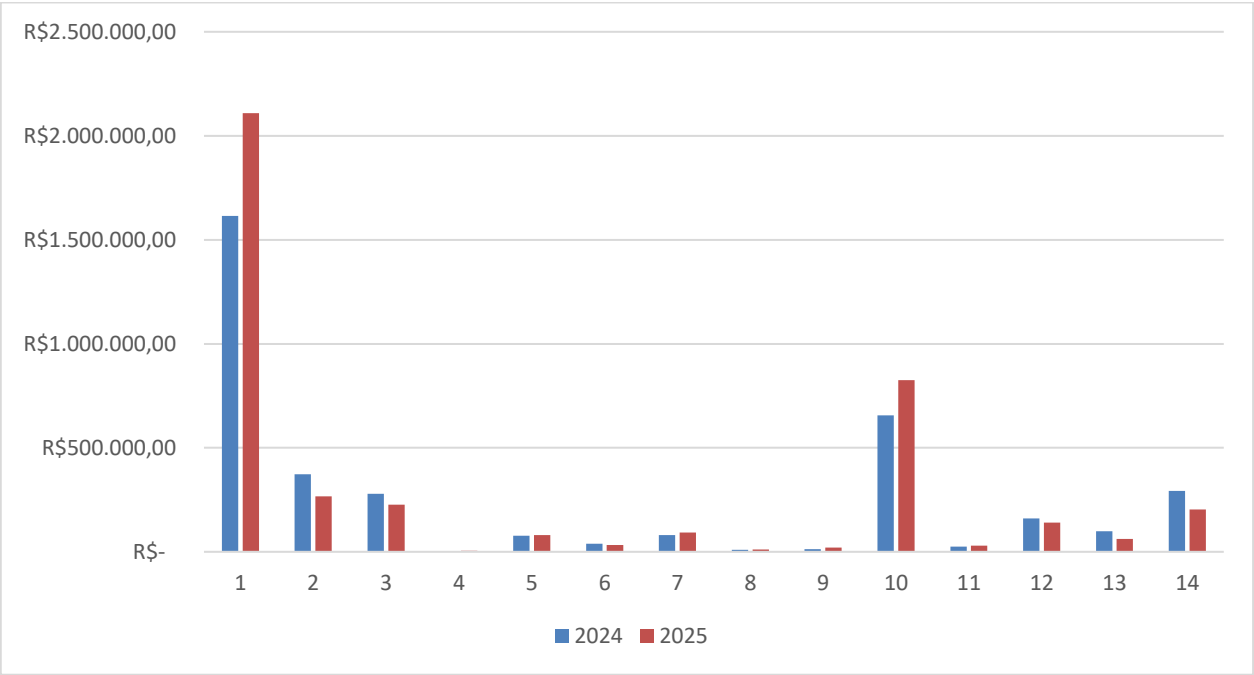


documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na análise da execução financeira dos serviços laboratoriais realizada nos exercícios de 2024 e 2025, considerando os registros de autorizações e faturamento dos exames laboratoriais nos sistemas de informação utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Conforme levantamento realizado, no exercício de 2024 foram executados serviços laboratoriais no montante de R\$ 3.719.205,87, enquanto no exercício de 2025 o valor executado foi de R\$ 4.104.756,36, representando um aumento aproximado de 10,36% no valor financeiro executado entre os períodos analisados, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 02: levantamento dos valores de exames autorizados por lote.



A análise detalhada dos dados demonstrou ainda variação no perfil de consumo entre os diferentes grupos de exames laboratoriais, havendo crescimento significativo em determinados procedimentos, o que impacta diretamente no valor financeiro da execução contratual.



Considerando a tendência de crescimento da demanda por exames laboratoriais, o aumento no número de atendimentos realizados pela rede municipal de saúde, a ampliação das ações de diagnóstico e monitoramento clínico, bem como a necessidade de garantir margem técnica para evitar insuficiência de saldo durante a vigência contratual, foi aplicada margem adicional de planejamento sobre o valor executado no exercício anterior.

Cabe aqui mencionar que os médicos reguladores vinculados do Departamento de regulação, controle, avaliação e auditoria mensalmente identificam os atendimentos realizados e as solicitações de exames realizadas pelos mesmos, a fim de qualificar o cuidado garantindo a melhoria continua nos serviços prestados a população.

Dessa forma, a estimativa do valor da contratação foi definida considerando o histórico de execução financeira, acrescido de margem técnica de planejamento, representando um adicional de 15% ao autorizado no ano de 2025, resultando no valor estimado para a presente contratação de R\$ 4.720.469,81 (quatro milhões setecentos e vinte mil quatrocentos e sessenta nove reais e oitenta e um centavos).

Destaca-se que os preços unitários dos exames laboratoriais terão como referência a tabela municipal complementar de procedimentos laboratoriais, utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde para remuneração dos serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

As memórias de cálculo utilizadas para definição da estimativa, bem como a planilha detalhada contendo os procedimentos laboratoriais, quantidades estimadas e respectivos valores unitários, encontram-se apresentadas em planilha anexa ao presente Estudo Técnico Preliminar, a qual integra os documentos de suporte da presente contratação.

Considerando o histórico atual de 04 laboratórios credenciados e a possibilidade de ampliação do número de prestadores habilitados, será adotada a divisão proporcional da demanda mediante cotas financeiras previamente estabelecidas, garantindo maior previsibilidade orçamentária, equilíbrio contratual e controle da execução.

6. ANÁLISE DOS RISCOS



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

FASE DE ANÁLISE:**(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor****(x) Gestão do Contrato****a) Fase de Planejamento**

RISCO 1			
Descrever aqui o risco: Planejamento Inadequado			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano			
Qualidade da assistência prestada à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo atendimento humanizado, eficiente e alinhado às diretrizes de saúde pública.			
Ação Preventiva		Responsável	
Realizar uma avaliação contínua da disponibilidade e qualidade desses serviços.		Gestor de saúde.	
Ação de Contingência		Responsável	
Garantir a continuidade da prestação dos serviços de maneira que não comprometa a oferta dos serviços.		Gestor de saúde.	
RISCO 2			
Descrever aqui o risco: Elaboração do Termo de Referência			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano			
Interrupção no fornecimento dos serviços de análises clínicas na rede assistencial ambulatorial e de urgência/emergência.			



Ação Preventiva		Responsável
Elaborar o termo de referência de forma adequada, de acordo com as características do objeto contratado, e realizar revisões periódicas deste documento pelo setor responsável.		Responsável pelos documentos de planejamento do processo.
Ação de Contingência		Responsável
Reformular o termo de referência, corrigindo as divergências e irregularidades identificadas, assegurando a inclusão de vínculo para exames de rotina e emergenciais, além de estabelecer medidas preventivas para situações de endemias, pandemias e outras eventualidades.		Responsável pelos documentos de planejamento do processo.
RISCO 3		
Descrever aqui o risco: Atraso na contratação pode resultar em comprometimento dos prazos estabelecidos, prejudicando a execução dos serviços e o cumprimento das metas previstas.		
Probabilidade:	() Baixa	() Média (x) Alta
Impacto:	() Baixa	() Média () Alta
Dano		
Não prestar a assistência necessária nos serviços de urgência/emergência e ambulatorial, comprometendo a capacidade de fornecer atendimento adequado e em tempo hábil, especialmente durante períodos de sazonalidade de doenças como Dengue, COVID-19 e outras emergências de saúde pública. Essa falta de apoio pode resultar em sobrecarga no sistema de saúde, prejudicando a qualidade do atendimento e colocando em risco a saúde da população.		



Ação Preventiva	Responsável
Auxiliar no trâmite burocrático necessário aos serviços públicos, especialmente aqueles que dependem diretamente da atuação humana, garantindo que os processos sejam realizados de maneira eficiente e em conformidade com as normas estabelecidas.	Responsável pelos documentos de planejamento do processo.
Ação de Contingência	Responsável
Manter um aditivo contratual em vigência para garantir a continuidade dos serviços, evitando a desassistência e assegurando que as demandas sejam atendidas sem interrupções. Esse aditivo deve ser cuidadosamente estruturado para cobrir qualquer lacuna que possa surgir, garantindo a prestação contínua e eficaz dos serviços essenciais à população.	Responsável pelos documentos de planejamento do processo.

b-) Gestão do Contrato

RISCO 1			
Descrever aqui o risco: Contratação de empresa sem a capacidade necessária para executar o contrato.			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			



Problemas na qualidade da assistência, impactando os fluxos de trabalho, gerando transtornos aos profissionais de saúde e comprometendo a saúde da população.

Ação Preventiva	Responsável
Verificar se a empresa possui a Licença Sanitária atualizada, bem como os demais documentos obrigatórios que atestem a regularidade fiscal e legal do estabelecimento. Esse processo deve assegurar que a empresa esteja em conformidade com as exigências normativas vigentes, garantindo a legalidade e a idoneidade para a execução dos serviços contratados.	Secretaria Municipal de Saúde/ Departamento Jurídico e Setor de Licitações.

Ação de Contingência	Responsável
Solicitar a abertura de Procedimento Administrativo, conforme necessário, para investigar eventuais irregularidades ou descumprimentos contratuais. Caso confirmadas as infrações, aplicar as sanções administrativas previstas, incluindo, se necessário, a interrupção do contrato, conforme as disposições legais e contratuais vigentes.	Fiscal e Gestor do contrato

RISCO 2

Descrever aqui o risco: Execução do objeto da aquisição em desacordo com o que foi previamente acordado, comprometendo a qualidade, os prazos e as condições estabelecidas no contrato.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
<p>Prejuízo à execução dos trabalhos assistenciais, resultando em comprometimento na qualidade dos diagnósticos e no tratamento adequado dos pacientes. Esse impacto pode afetar diretamente a saúde da população, gerando atrasos no atendimento, diagnósticos imprecisos e falhas no tratamento, o que pode resultar em agravamento dos quadros clínicos e aumento dos custos com a saúde pública.</p>			
Ação Preventiva		Responsável	
<p>Manter contato contínuo com o prestador de serviços, a fim de solucionar problemas de forma eficaz e garantir a resolução tempestiva de quaisquer questões que possam surgir. Esse acompanhamento constante assegura que eventuais falhas ou dificuldades sejam rapidamente identificadas e corrigidas, promovendo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, além de manter o alinhamento com os termos contratuais estabelecidos.</p>		<p>Gestor de Saúde e Fiscais de Contrato.</p>	
Ação de Contingência		Responsável	
<p>Monitoramento contínuo na execução dos serviços, com o objetivo de acompanhar seu desempenho e assegurar o cumprimento dos padrões estabelecidos.</p>		<p>Gestor de saúde, Fiscais de Contrato, Departamento de regulação, controle, avaliação e auditoria.</p>	



7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A solução proposta para atendimento da demanda por exames laboratoriais consiste na realização de chamamento público para credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de análises clínicas, visando à execução de exames laboratoriais destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Dois Vizinhos.

O modelo de credenciamento permite a habilitação de múltiplos prestadores que atendam aos requisitos técnicos, operacionais e legais estabelecidos pela Administração, possibilitando a ampliação da rede de serviços disponíveis à população e garantindo maior acessibilidade, capilaridade e continuidade da assistência em saúde.

Após reavaliação técnica e administrativa, verificou-se que a hipótese prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 — contratação paralela e não excludente — apresenta maior adequação à realidade operacional do Município, em substituição à sistemática anteriormente avaliada.

A adoção desse modelo permite o credenciamento de todos os prestadores aptos e a distribuição da demanda mediante critérios objetivos previamente definidos, proporcionando maior segurança jurídica, melhor controle administrativo, previsibilidade financeira, equilíbrio entre os credenciados e fortalecimento da fiscalização contratual.

Considerando o elevado volume de autorizações, a necessidade de acompanhamento contínuo dos saldos contratuais, o controle da produção ambulatorial e dos atendimentos de urgência e emergência, bem como a necessidade de evitar concentração excessiva da demanda em determinado prestador, o inciso I mostra-se mais eficiente e compatível com a estrutura de regulação municipal.

Além disso, a existência de múltiplos prestadores instalados no Município, incluindo laboratórios já credenciados e outras filiais com potencial capacidade de habilitação,



reforça a adequação da contratação paralela e não excludente, permitindo a distribuição objetiva da demanda entre os credenciados e maior segurança na execução contratual.

Os serviços laboratoriais contratados terão como finalidade apoiar a prática clínica dos profissionais da rede municipal de saúde, contribuindo para o diagnóstico, monitoramento e acompanhamento das condições de saúde dos pacientes, bem como para a definição de condutas terapêuticas adequadas.

Os exames laboratoriais atenderão às demandas provenientes das Unidades Básicas de Saúde, atendimentos especializados e da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas, contemplando tanto os exames solicitados de forma eletiva quanto aqueles necessários para suporte diagnóstico em situações de urgência e emergência.

A execução dos serviços ocorrerá mediante solicitação médica e autorização prévia emitida pelo sistema municipal de saúde, sendo os exames realizados pelos prestadores credenciados conforme os procedimentos e valores estabelecidos na tabela municipal complementar de exames laboratoriais.

Os valores dos exames laboratoriais terão como referência a tabela municipal complementar de procedimentos laboratoriais, adotada pela Secretaria Municipal de Saúde para remuneração dos serviços prestados.

Para os procedimentos eventualmente não contemplados na tabela municipal complementar, serão adotados os valores constantes na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SIGTAP/SUS), ou outro referencial que venha a substituí-la, conforme regulamentação vigente.

A distribuição da demanda entre os prestadores credenciados ocorrerá de forma objetiva, impessoal e previamente definida pela Administração, em observância ao disposto no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, garantindo isonomia entre os credenciados, previsibilidade financeira e maior controle da execução contratual.

Para os exames ambulatoriais eletivos oriundos das Unidades Básicas de Saúde, atendimentos especializados e demais serviços da rede municipal, a distribuição observará o saldo contratual disponível de cada prestador, a divisão proporcional das



cotas financeiras previamente estabelecidas e a necessidade assistencial do serviço, evitando concentração excessiva da demanda em um único credenciado.

Caso ocorra o esgotamento da cota financeira de determinado prestador, suspensão temporária da execução dos serviços, indisponibilidade operacional ou qualquer outra situação que comprometa a continuidade da assistência, a demanda será redistribuída entre os demais credenciados habilitados, assegurando a continuidade do atendimento e a não interrupção da prestação dos serviços aos usuários do SUS.

Para os exames provenientes da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas, em razão da natureza contínua, urgente e ininterrupta da assistência, a execução ocorrerá mediante escala semanal de atendimento entre os laboratórios credenciados, organizada pela Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com a unidade executora, garantindo cobertura integral de segunda a segunda, agilidade na coleta, processamento e liberação dos resultados, bem como regularidade e eficiência no suporte diagnóstico às situações de urgência e emergência.

A escala de atendimento da UPA poderá ser revista periodicamente pela Administração, conforme necessidade assistencial, número de credenciados habilitados e capacidade operacional dos prestadores, sempre observados os princípios da isonomia, continuidade do serviço público e interesse público.

De modo geral, o fluxo de execução dos serviços compreenderá as seguintes etapas:

- solicitação de exames pelos profissionais de saúde da rede municipal;
- autorização dos exames no sistema municipal de regulação;
- distribuição da demanda entre os prestadores credenciados, conforme critérios objetivos previamente estabelecidos;
- realização da coleta e execução dos exames pelo prestador credenciado, observadas as normas técnicas e sanitárias aplicáveis;
- emissão e disponibilização dos resultados laboratoriais aos profissionais solicitantes e aos usuários;
- apresentação da produção para fins de faturamento, acompanhada das respectivas autorizações, para análise e conferência pelo Departamento de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde.



Os exames laboratoriais encontram-se organizados em lotes de procedimentos, conforme descrito no Anexo I do Termo de Referência, o que possibilita melhor organização da execução contratual, acompanhamento da demanda e controle da utilização dos recursos públicos.

Com a adoção dessa solução, busca-se garantir a continuidade da oferta de exames laboratoriais à população, ampliando a capacidade de diagnóstico da rede municipal de saúde, contribuindo para maior resolutividade da assistência e promovendo melhoria na qualidade do atendimento prestado aos usuários do SUS no município de Dois Vizinhos.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Na definição dos requisitos da contratação devem ser considerados os critérios técnicos, operacionais e sanitários necessários para garantir a adequada prestação dos serviços laboratoriais, assegurando que os prestadores possuam capacidade técnica, estrutura operacional e habilitação profissional compatíveis com a complexidade do objeto.

Ressalta-se que os requisitos definidos neste item não se confundem com os documentos de habilitação jurídica e fiscal exigidos em processos de contratação pública, tais como contrato social, cartão CNPJ ou certidões fiscais, os quais serão tratados oportunamente no instrumento convocatório.

No presente caso, busca-se estabelecer exigências técnicas mínimas capazes de garantir que os serviços de análises clínicas sejam executados com qualidade, segurança sanitária e observância às normas técnicas aplicáveis aos serviços laboratoriais.

Para a prestação dos serviços laboratoriais objeto da presente contratação, os prestadores interessados deverão atender aos seguintes requisitos técnicos, operacionais e sanitários:

a) Cadastro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, devidamente atualizado, emitido pela Secretaria de Saúde do município sede do estabelecimento;



b) Licença sanitária vigente, expedida pelo órgão competente de vigilância sanitária do município sede do estabelecimento;

c) Relação nominal dos profissionais envolvidos na execução dos serviços, contendo nome completo, função exercida e respectivo registro profissional, acompanhada de cópia de documento de identificação, CPF e comprovante de inscrição no Conselho Regional da categoria do responsável técnico;

d) Comprovação do vínculo do responsável técnico com o estabelecimento, devidamente registrado no CNES ou por meio de documentação que comprove vínculo profissional com o prestador;

e) Registro ou inscrição do estabelecimento no respectivo Conselho de Classe Regional (Farmácia, Biomedicina), conforme a natureza da atividade exercida;

f) Comprovação de capacidade operacional, mediante apresentação de Alvará de Localização e Funcionamento, demonstrando que o estabelecimento possui estrutura instalada no Município de Dois Vizinhos para a prestação dos serviços laboratoriais;

g) Declaração formal da empresa, comprometendo-se a realizar os exames constantes da tabela de procedimentos laboratoriais prevista no Termo de Referência, sem cobrança adicional ao usuário ou ao município, inclusive nos casos em que seja necessária repetição do exame por motivo técnico, resultado inconclusivo ou qualquer intercorrência no processo analítico.

h) Contrato de prestação de serviço com laboratório de apoio, quando houver a excepcionalidade da realização de exame não executados na estrutura do prestador credenciado, bem como apresentação de licença sanitária de funcionamento do estabelecimento.

No que se refere à execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes requisitos operacionais:

a) Os serviços provenientes da rede ambulatorial deverão ser realizados nas instalações do prestador credenciado, incluindo a realização da coleta de material biológico, fornecimento de todos os insumos necessários para a execução dos exames laboratoriais e emissão dos respectivos laudos com os resultados dos exames.



b) Os serviços provenientes da rede de urgência e emergência deverão ser realizados a partir da coleta efetuada na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas, sendo de responsabilidade do prestador credenciado o fornecimento dos frascos e recipientes adequados para coleta, conforme a especificidade de cada exame solicitado.

c) Para esses atendimentos, o prestador credenciado deverá assegurar a disponibilização dos insumos necessários, o processamento das análises laboratoriais e a emissão dos laudos em tempo compatível com a necessidade assistencial da unidade, considerando a natureza urgente dos atendimentos realizados na UPA.

d) Adicionalmente, o prestador credenciado deverá organizar-se, em conjunto com a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), para garantir a adequada logística de recolhimento das amostras biológicas, processamento das análises e liberação dos resultados dentro dos prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

e) Na hipótese de haver mais de um prestador credenciado, poderá ser instituída escala de atendimento entre os credenciados, definida pela Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de garantir a continuidade da assistência e a adequada prestação dos serviços laboratoriais no âmbito da rede de urgência e emergência.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

☒ (X) SIM

☐ () NÃO

Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o prestador possua estabelecimento instalado no Município de Dois Vizinhos – PR, com estrutura física e administrativa mínima para realização das atividades relacionadas aos serviços de análises clínicas.

A exigência justifica-se pela necessidade de garantir acesso facilitado da população aos serviços laboratoriais, especialmente no que se refere à realização da coleta de material biológico para exames provenientes da rede ambulatorial do Sistema Único de Saúde (SUS).



Além disso, a existência de estrutura instalada no município possibilita maior agilidade na logística de atendimento às demandas provenientes da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas, que necessita de suporte laboratorial contínuo para atendimento das situações de urgência e emergência.

Dessa forma, a presença de estabelecimento no município contribui para a melhoria da resolutividade da assistência em saúde, garantindo maior eficiência na execução dos serviços laboratoriais e na liberação dos resultados dos exames solicitados pelos profissionais da rede municipal de saúde.

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

As exigências de qualificação técnica previstas no presente processo de contratação têm como finalidade assegurar que os prestadores credenciados possuam capacidade técnica, estrutura operacional e regularidade sanitária compatíveis com a execução dos serviços laboratoriais destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Dois Vizinhos.

Considerando que os serviços de análises clínicas envolvem a realização de procedimentos diagnósticos que impactam diretamente na definição de condutas terapêuticas e no acompanhamento clínico dos pacientes, torna-se imprescindível que os prestadores atendam às normas técnicas, sanitárias e profissionais aplicáveis aos serviços laboratoriais.

Nesse sentido, as exigências estabelecidas possuem as seguintes finalidades:

a) Cadastro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde: Visa comprovar que o estabelecimento se encontra devidamente registrado no sistema oficial



do Ministério da Saúde, permitindo a identificação da unidade prestadora, dos serviços ofertados e do responsável técnico vinculado.

b) Licença Sanitária vigente: Tem por objetivo assegurar que o estabelecimento atende às normas de vigilância sanitária aplicáveis aos serviços de análises clínicas, garantindo condições adequadas de funcionamento, biossegurança e qualidade dos serviços prestados.

c) Registro do estabelecimento no respectivo Conselho de Classe e indicação de Responsável Técnico habilitado: Busca garantir que os serviços laboratoriais sejam executados sob supervisão de profissional legalmente habilitado, devidamente registrado no conselho profissional competente, conforme legislação que regulamenta os serviços de análises clínicas.

d) Comprovação de vínculo do responsável técnico com o estabelecimento: Tem por finalidade assegurar que o profissional responsável técnico possui vínculo efetivo com o prestador, garantindo acompanhamento e responsabilidade técnica pela execução das atividades laboratoriais.

e) Comprovação de estrutura instalada no Município de Dois Vizinhos: A exigência visa assegurar maior acessibilidade da população aos serviços laboratoriais, bem como garantir agilidade no atendimento das demandas provenientes da rede municipal de saúde, especialmente da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas.

f) Declaração de compromisso quanto à realização dos exames constantes da tabela municipal: Busca garantir que os exames autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde sejam realizados integralmente pelo prestador credenciado, sem cobrança adicional ao usuário ou ao município, inclusive nos casos em que seja necessária repetição do exame por intercorrências técnicas.

As exigências estabelecidas foram definidas considerando a natureza e a complexidade dos serviços laboratoriais a serem contratados, observando-se o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo a garantir a qualidade da prestação dos serviços sem restringir indevidamente a participação de interessados.



Ressalta-se que tais exigências encontram respaldo nos arts. 66 a 69 da Lei nº 14.133/2021, que tratam da habilitação jurídica, qualificação técnica e regularidade necessária para participação em processos de contratação pública.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

A prestação de serviços de exames laboratoriais pode gerar impactos ambientais relacionados principalmente ao uso de materiais descartáveis, geração de resíduos biológicos e utilização de reagentes químicos durante os processos analíticos. Dessa forma, torna-se necessário estabelecer medidas que garantam a adequada gestão ambiental desses resíduos, em conformidade com a legislação vigente.

Entre os principais impactos ambientais associados à execução do objeto destacam-se:

a) Geração de resíduos de serviços de saúde: a realização de exames laboratoriais envolve a utilização de materiais descartáveis, como agulhas, tubos de coleta, frascos, luvas e outros insumos, além da geração de resíduos biológicos provenientes das amostras analisadas.

Como medida mitigadora, os prestadores credenciados deverão realizar o gerenciamento adequado desses resíduos, observando as normas sanitárias e ambientais aplicáveis, especialmente as disposições da RDC ANVISA nº 222/2018, que regulamenta o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, bem como manter Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) devidamente implantado.

b) Utilização de reagentes e substâncias químicas: os processos laboratoriais utilizam reagentes e substâncias químicas que, se manipulados ou descartados de forma inadequada, podem causar impactos ambientais.



Nesse sentido, os prestadores deverão assegurar o correto armazenamento, manuseio e descarte desses produtos, observando as normas técnicas e sanitárias vigentes, bem como as orientações dos fabricantes e da legislação ambiental aplicável.

c) Consumo de energia elétrica e recursos naturais: a execução dos exames laboratoriais envolve a utilização de equipamentos automatizados e sistemas de refrigeração para conservação de reagentes e amostras biológicas.

Como medida mitigadora, recomenda-se que os prestadores adotem práticas de uso racional de energia e recursos naturais, bem como mantenham seus equipamentos em adequado estado de funcionamento, contribuindo para maior eficiência operacional e redução de desperdícios.

Dessa forma, embora os impactos ambientais decorrentes da prestação dos serviços laboratoriais sejam inerentes à atividade, estes podem ser adequadamente controlados mediante o cumprimento das normas sanitárias e ambientais aplicáveis, bem como pela adoção de boas práticas de gestão ambiental pelos prestadores credenciados.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A presente contratação tem como objetivo garantir a continuidade da prestação de serviços de exames laboratoriais destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Dois Vizinhos, assegurando suporte diagnóstico adequado às ações desenvolvidas pela rede municipal de saúde.

Com a realização do credenciamento de prestadores especializados em análises clínicas, pretende-se ampliar e fortalecer a rede de serviços laboratoriais disponíveis à população, possibilitando maior acesso aos exames necessários para diagnóstico, monitoramento e acompanhamento das condições de saúde dos pacientes.

Entre os principais resultados pretendidos com a contratação destacam-se:



- 1) Ampliação do acesso da população aos serviços laboratoriais, garantindo a realização de exames solicitados pelos profissionais da rede municipal de saúde em tempo oportuno.
- 2) Maior eficiência no diagnóstico e acompanhamento clínico, contribuindo para a definição adequada das condutas terapêuticas e para a melhoria da resolutividade da assistência prestada no âmbito do SUS.
- 3) Apoio às atividades da Atenção Primária à Saúde, da atenção especializada e da rede de urgência e emergência, especialmente no suporte diagnóstico necessário aos atendimentos realizados na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas.
- 4) Melhor aproveitamento dos recursos públicos, por meio da utilização de rede credenciada de prestadores, permitindo maior flexibilidade na execução dos serviços conforme a demanda existente.
- 5) Garantia da continuidade da assistência em saúde, evitando interrupções na oferta de exames laboratoriais, os quais são essenciais para o acompanhamento de doenças crônicas, ações de prevenção e diagnóstico precoce de diversas condições de saúde.

Dessa forma, espera-se que a contratação contribua para o fortalecimento da rede municipal de saúde, promovendo maior eficiência na utilização dos recursos públicos e melhoria na qualidade dos serviços prestados à população.

12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

A prestação dos serviços laboratoriais ocorrerá sob demanda, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e mediante solicitação realizada pelos profissionais da rede municipal de saúde.

Os exames laboratoriais serão realizados pelos prestadores credenciados a partir de solicitações médicas e autorizações emitidas pelo sistema de regulação utilizado pelo



município, observando-se os procedimentos constantes da tabela de exames laboratoriais prevista no Termo de Referência.

A execução dos serviços compreenderá a realização da coleta de material biológico, processamento das análises laboratoriais, emissão e disponibilização dos laudos com os resultados dos exames, bem como o fornecimento de todos os insumos necessários para a adequada execução dos procedimentos.

Os serviços provenientes da rede ambulatorial deverão ser realizados nas instalações do prestador credenciado, enquanto os exames provenientes da rede de urgência e emergência, especialmente da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas, deverão observar a logística de coleta e processamento definida pela Secretaria Municipal de Saúde, considerando a necessidade de atendimento em tempo oportuno.

A remuneração dos serviços ocorrerá conforme a produção efetivamente realizada, mediante apresentação das autorizações correspondentes aos exames executados, observando-se os valores estabelecidos na tabela municipal complementar de exames laboratoriais, ou, na ausência desta, os valores previstos na Tabela SUS (SIGTAP).

Esse regime de execução permite maior flexibilidade no atendimento da demanda da rede municipal de saúde, possibilitando a realização dos exames conforme a necessidade assistencial, além de contribuir para melhor aproveitamento dos recursos públicos disponíveis.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Os servidores indicados para o exercício das funções de gestão e fiscalização possuem experiência na área administrativa e no acompanhamento de contratos relacionados à prestação de serviços de saúde, não sendo necessária, neste momento,



a adoção de providências adicionais de capacitação específica para a execução das atividades de fiscalização contratual.

O acompanhamento da execução dos serviços será realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, com apoio das áreas responsáveis pelo controle, regulação, avaliação e auditoria, que já executam rotinas de verificação das autorizações de exames, conferência da produção apresentada e validação dos faturamentos encaminhados pelos prestadores de serviços.

Dessa forma, entende-se que a estrutura administrativa atualmente existente é suficiente para assegurar o adequado acompanhamento da execução contratual, não sendo necessária a designação de fiscal técnico específico ou a adoção de providências adicionais previamente à celebração do contrato.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Jaqueline Cordeiros dos Santos de Almeida (Geral) Rafael Rugerio Dutra (UPA)
Suplentes:	Leidiane Aparecida Ribeiro (Geral) Amanda Cristina de Assis Rosa (UPA)

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não há contratações correlatas e nem interdependentes para a contratação.

15. ALINHAMENTO COM O PAC

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026;



- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 10259;
- IV) Classe/Grupo: Serviço;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-218/2026;

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☒ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito da rede municipal de saúde.

Os serviços laboratoriais enquadram-se como serviços comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações técnicas usuais e amplamente adotadas no mercado, bem como pelas normas sanitárias aplicáveis aos serviços de análises clínicas.

Além disso, os procedimentos laboratoriais encontram-se padronizados em tabelas oficiais, como a Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde (SIGTAP) e na tabela municipal complementar de exames laboratoriais, permitindo a definição clara dos serviços a serem executados, dos valores de referência e dos critérios de execução.

Dessa forma, considerando que se trata de serviços com características padronizadas, amplamente disponíveis no mercado e cujos critérios de execução podem ser objetivamente estabelecidos no instrumento convocatório, o objeto enquadra-se na



categoria de bens e serviços comuns, conforme definição prevista no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

- (x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- () Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

Os serviços de exames laboratoriais caracterizam-se como serviços contínuos, pois são indispensáveis ao funcionamento regular das ações e serviços de saúde ofertados pelo Município no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A demanda por exames ocorre de forma permanente nas Unidades Básicas de Saúde, serviços especializados e na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas, sendo essencial para o diagnóstico, monitoramento e acompanhamento das condições de saúde da população.

Dessa forma, a contratação visa atender necessidade contínua da Administração, cuja interrupção poderia comprometer a assistência à saúde prestada aos usuários do SUS no município.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Para a presente contratação não será exigida garantia de execução contratual.

A dispensa da garantia justifica-se pelo fato de que o objeto consiste na prestação de serviços laboratoriais sob demanda, com remuneração baseada exclusivamente nos exames efetivamente realizados e devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Além disso, trata-se de credenciamento de prestadores, no qual o pagamento está condicionado à comprovação da execução dos serviços e à conferência das autorizações e da produção apresentada, reduzindo significativamente o risco de prejuízos à Administração.



Dessa forma, considerando a natureza do objeto, o baixo risco financeiro envolvido e a existência de mecanismos de controle e fiscalização da execução contratual, entende-se não ser necessária a exigência de garantia contratual.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das análises e informações apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade e necessidade da contratação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, por meio de credenciamento de prestadores especializados, visando atender às demandas da rede municipal de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A contratação mostra-se adequada para garantir a continuidade da oferta de exames laboratoriais, essenciais para o diagnóstico, monitoramento e acompanhamento das condições de saúde da população atendida pelas Unidades Básicas de Saúde, serviços especializados e pela Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas.

Assim, entende-se que a solução proposta atende ao interesse público, contribuindo para o fortalecimento da assistência em saúde e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população do Município de Dois Vizinhos.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

☐ Pregão, ☐ Tradicional ☐ SRP

☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP

☐ Concurso



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

☐ Leilão☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

☒ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)☐ Pré-Qualificação☐ Procedimento de Manifestação de Interesse.

Contratação Direta:

☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa☒ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

☐ menor preço☐ melhor técnica ou conteúdo artístico☐ técnica e preço☐ maior retorno econômico☐ maior desconto☐ maior lance☒ preço fixoModo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:☐ Aberto☐ Fechado☐ Aberto e Fechado☐ Fechado e Aberto☒ Não haverá disputa

Caráter do orçamento estimado SIGILOS

☐ SIM



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

(X) NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

(X) Recursos Próprios

() Recursos Estaduais

(X) Recursos Federais

Dois Vizinhos, 10 de março de 2026.

Claudete Meurer
Gestora de Saúde
Área requisitante
Matrícula Funcional 17949-1